

Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira

por Manuel de Oliveira Lima, Rio de Janeiro: Topbooks (1997). 295 páginas.

Davi F. Schreiner (UNIOESTE)

Há obras que nos encantam por sua força intelectual, pela capacidade de síntese, pela excelência do conteúdo e pela habilidade literária do autor. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, do pernambucano Manuel de Oliveira Lima, é uma delas. Trata-se de uma excepcional obra da historiografia brasileira sobre a formação sociopolítica do País, e reúne um conjunto de conferências proferidas pelo autor, na Universidade de Sorbone, durante o ano de 1911. No Brasil, a primeira edição da obra é de 1944. A nova edição, de 1997, conta com o acréscimo de uma conferência do autor acerca do Brasil e dos estrangeiros.

Oliveira Lima era historiador, escritor, diplomata, crítico literário, membro-fundador da Academia Brasileira de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desde tenra idade, cultivou o gosto pela leitura e escrita. Graduiu-se no Curso Superior de Letras em Lisboa. Foi articulista de vários jornais no País, entre os quais o *Jornal do Recife*, e também no exterior. Teve vasta e importante atuação política, tendo exercido, em especial, o cargo de embaixador em diversos países, dentre eles na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Japão. Lecionou na Universidade de Lisboa e foi professor-visitante na Universidade de Harvard.

Ao vivenciar tais experiências, destacou-se na pesquisa, nos estudos históricos e no jornalismo, desenvolvendo vasta produção intelectual. Publicou inúmeras obras, dentre elas Dom João VI no Brasil (1908), um grande clássico da historiografia brasileira. A literatura colonial e a cultura brasileira, o Estado, a política nacional e as relações internacionais estão entre os temas de suas obras. Em Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira, Oliveira Lima aborda, de maneira multidisciplinar, questões relacionadas a tais temas, apresentando excelente síntese interpretativa acerca da história nacional.

Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira se caracteriza por uma visão ampla, tendo em vista que incorpora à perspectiva historiográfica dimensões da cultura, da literatura, dos hábitos, da política e da economia. Aborda desde a colonização, o índio e o indianismo como manifestação literária, as tentativas de ocupação estrangeira e a conquista do interior, o “espírito” de autonomia, a presença da corte de Dom João VI, a independência em relação ao Império bem como questões relacionadas a ele, tais como: a Constituição, a posição do País frente às grandes potências europeias, a abdicação e a Regência, a maioria, o federalismo e o princípio da autoridade, o poder pessoal e as liberdades nacionais, o papel dos partidos políticos, os grandes problemas políticos, econômicos e sociais, e, por fim, a estabilidade e a prosperidade durante o Segundo Reinado e a queda do regime.

Na análise da história política, o autor explicita simpatia pelas práticas do Império e de seus estadistas, bem como procura demonstrar, nem sempre de modo claro, a superioridade da Monarquia em relação à República ou, no dizer de Freyre (1997), o confronto entre práticas políticas republicanas e monárquicas no Brasil. Para Oliveira Lima, a

dimensão democrática do Império teria se feito pela liberdade de imprensa, na atuação liberal de D. Pedro II; no exercício do poder moderador, amalgamado à vontade popular e à iniciativa imperial, pelo respeito à opinião pública e à independência do poder moderador: “o governo era o que todo governo deve ser: um compromisso entre as tendências opostas e as opiniões divergentes” (p. 230).

Se, por um lado, concordando com Freyre (1997), não se pode dizer que seja uma obra apologética da Monarquia, por outro, não se pode negar a inclinação explícita do autor a esse regime e à administração imperial, bem como à suposta democracia liberal e à autonomia indireta da Igreja no Império. Os textos das conferências reunidas na obra, neste sentido, evidenciam a defesa da Monarquia Constitucional, da nacionalidade e do espírito patriótico.

Analizados em seu conjunto, o conteúdo das conferências nos fornece indícios acerca de como o autor constrói a análise histórica, o que nos faz rememorar as reflexões de Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva acerca do pensamento conservador no Brasil. Para esses historiadores, “além de um acentuado pragmatismo”, este pensamento “foi quase sempre caracterizado por uma indiscutível debilidade doutrinária.” (LINHARES; SILVA, 1981, p. 18), o que não significa afirmar, de modo algum, sua ineficácia. Tais autores apontam teses centrais do pensamento conservador, entre as quais: a defesa e a exaltação do Estado, de seus estadistas e dos diversos grupos dominantes; a defesa da continuidade histórica e a ausência de rupturas na história do Brasil, e a defesa da ordem como dimensão indispensável ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido, ao descrever o processo de povoamento, a instalação da corte de Dom João VI no Brasil e o esforço político,

diplomático e cultural da Monarquia para estabelecer as bases institucionais na Colônia, Oliveira Lima apresenta o Estado como fundador de uma nova nacionalidade, que eleva o Brasil de mera colônia ao status de Nação. Discursivamente, o Estado é articulado

como elemento anterior a Nação, surgindo previamente a esta, a qual seria, por sua vez, por ele engendrada e ordenada. Eis, pois, um argumento [...] que, uma vez aceito, subverte o princípio liberal e democrático de construção do Estado Representativo e da possibilidade da nação revogar, mudar ou transformar uma forma de governo. É o Estado que se antecipa à Nação e a ela se sobrepuja. (LINHARES; SILVA, 1981, p. 18).

Assim, o imperador deve reinar, governar e administrar.

De acordo com o olhar de Oliveira Lima, este princípio evidencia-se também na defesa do Estado Imperial e das ações governamentais do Imperador que, investido do poder moderador, somente o teria utilizado em favor dos interesses nacionais. Para demonstrar a superioridade da Monarquia em relação à República, argumenta que “o Brasil, embora seja uma exceção entre os demais países da América Latina por ser uma Monarquia é, de todos, o mais democrático e liberal”. (LIMA, 1997, p. 247).

Da mesma forma, ao resgatar as instituições monarquistas, afirma a superioridade dos valores moral, político, liberal e administrativo dos estadistas do Império, destacando, entre outros, Nabuco de Araújo, Caxias, Olinda, Zacarias de Góis, Saraiva, Rio Branco e Itaboraí. Todos eles “educados na escola da liberdade, temperada pelo senso da realidade.” (LIMA, 1997, p. 248). Dispensou várias páginas de generosos elogios a D. João VI e a D. Pedro II.

O discurso do autor reconhece a república dos cafeicultores como um desfecho natural para a monarquia, pois não se acreditava na

possibilidade de um terceiro reinado, haja vista o descontentamento do exército após a Guerra do Paraguai. Inexistia no Brasil “um povo verdadeiramente consciente de seus direitos e de seus deveres”, o quadro de eleitores era restrito, “tomava, entretanto, de novo o hábito de se pronunciar contra as tendências da autoridade, e inaugurava definitivamente o regime de instabilidade governamental que devia lançar o descrédito contra o sistema” e, além disso, “as bancadas parlamentares se povoavam de novos recrutas que achincalhavam as superstições antiquadas dos veteranos, e exigiam outros sacrifícios à sombra de novos ritos.” (LIMA, 1997, p. 251).

Dito de outro modo, Oliveira Lima, a exemplo de Joaquim Nabuco, interpretou a solução República numa trajetória “lógica e contínua na qual os testemunhos dos contestadores cederam lugar às nuances dos triunfadores e os acontecimentos se ajustaram em encadeamentos que não possuíam, adquirindo inatacável coerência” (JANOTTI, 1998, p. 143). Depreende-se disso uma segunda tese: a de um país sem revolução burguesa ou da continuidade histórica.

Nesta concepção, a história engendra-se numa evolução natural, suscetível a diferentes estágios civilizatórios. Fazendo alusão a Palmares, Lima afirma que a história está sujeita às leis naturais: “seu crescimento, sua organização obedeceram às leis naturais das sociedades humanas.” (LIMA, 1997, p. 131). A revolução é interpretada como nociva à sociedade, pois instalaria o caos, a desordem. Quando feita, a revolução foi entendida como “reação natural”, que já havia se manifestado necessária para direcionar as coisas para o curso normal da história, para o progresso econômico e social. Nesta interpretação de Oliveira Lima, há certa inevitabilidade no rumo dos acontecimentos, a exemplo da disputa pelo poder entre o Partido Liberal e o Partido Conservador.

Mas esse movimento, que se ostenta em nossa história, com um rigor de traçado geométrico numa composição mecânica de forças - o que acentuadamente reflete é a vitória dos elementos conservadores sobre os progressistas; uma revolução triunfante que pouco a pouco se gasta, [...], perdendo num curso de 38 anos (1822-1860) toda a velocidade da corrente, até desaparecer, afinal, de todo, no remando largo do Império. (LIMA, 1997, p. 249-250).

Desta configuração pode-se inferir que a defesa do Estado (tese primeira) se efetiva nos argumentos de Oliveira Lima por meio de um agrupamento político que é formado pela cooptação/adesão de partidários moderados, pela realização de reformas com vista à conservação, pela repressão a quaisquer ímpetus revolucionários e, por fim, pela eliminação dos partidários ou militantes políticos e agrupamentos radicais. E, como resultado, a continuidade histórica (tese segunda).

Assim, ao Gabinete de 29 de Setembro de 1848, coube garantir a integridade e a manutenção do Estado Imperial, e, para isso, os exaltados deveriam ser, necessariamente, neutralizados.

Para o Estado Imperial, e mais ainda para o Governo instituído pelo Gabinete de 29 de setembro de 1848, era necessário reagrupar as forças, conciliar e mesmo ceder, no possível, para conservar o essencial. Lança-se mão da força, mas, ao mesmo tempo, da propaganda, multiplica-se as anistias, e ao mesmo tempo, os segredos. [...]. O sistema eleitoral abrirá o caminho para todo o tipo de arranjo. (MONTEIRO, 1994, p. 27).

De fato, o sistema eleitoral tornou-se mais arejado, abrindo o caminho para a Conciliação, meio pelo qual os liberais viriam a participar do governo.

A Conciliação e a Liga Progressista, propostas pelo Partido da Ordem, são exemplos inequívocos da defesa do Estado, da continuidade

histórica do status quo conservador. Essas estratégias políticas, embora com roupagens diferentes, fundam-se num mesmo princípio: “encobrem a trama conservadora de ocultar o reacionarismo do grupo dominante, para turvar o quadro político e esvaziar as possíveis pressões em direção às reformas” (MONTEIRO, 1994, p. 49) e evitam possíveis movimentos revolucionários. A Conciliação, para Oliveira Lima “nada mais foi do que a absorção do partido liberal exausto pelo conservador pujante”. Por meio da oferta de cargos públicos, a política de conciliação procurou cooptar os liberais moderados ao Partido da Ordem, entre os quais Bernardo de Vasconcelos, cuja conversão foi justificada devido ao fato de estar “mais preocupado com a autoridade que com a liberdade” (LIMA, 1997, p. 245-250) para dar a impressão de estar acima dos partidos, porém o controle ficaria em mãos conservadoras.

Deste modo, como bem observa Raimundo Faoro, o Segundo Reinado “será o paraíso dos comerciantes, entre os quais se incluem os intermediários honrados e os especuladores prontos para o bote à presa, em aliança com o Tesouro.” (FAORO, 1975, p. 438). Os lobistas se espriam pelo Congresso e a modernização político-econômica torna-se “um negócio de préstimos, subvenções e concessões, entremeado com o jogo da bolsa, sob os auspícios do Estado. Modernização entra em choque com as forças conservadoras e agrárias, mas distante das correntes revolucionárias”. (FAORO, 1975, p. 438). A mudança engendra-se, assim, gradual e sem sobressaltos, não comprometendo os interesses privados instalados na estrutura e funcionamento do Estado.

Outro aspecto a ser considerado é a ação política e a repressão/eliminação dos chamados subversivos e suas ideias, o que levou à aceitação da tese da homogeneidade das elites dominantes e do compromisso mútuo que existe no seu seio, no sentido de conservar o

status quo. A política partidária refletia o que à época Hollanda Cavalcanti já dizia: “não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder.” (NABUCO, 1997, p. 172). Não questionamos a convergência e a proximidade de ideias, porém, é preciso perceber que a similitude e convergência foram construídas com o propósito de combater a revolução e manter a ordem, mediante práticas reacionárias de cooptação, repressão e exclusão das ideias e grupos divergentes. Surge, assim, uma terceira tese: a da ordem como condição prévia e indispensável ao desenvolvimento.

Esta tese, ao afirmar que o sentido da organização e da mudança social advém do desenvolvimento progressivo ajustado à dinâmica da harmonia social, confere a realização das duas teses anteriores. Os momentos de crise social são considerados “como fases obscuras e nefastas para a Nação, que é alçada acima dos indivíduos e com os interesses não necessariamente convergentes.” (LINHARES; SILVA, 1981, p. 10). Assim, conforme as palavras de Oliveira Lima, quando “as forças alistadas sob o estandarte liberal replicaram com o grito de: ‘Reforma ou revolução!’. A primeira foi para conjurar a segunda.” (LIMA, 1997, p. 252). Reforma no sentido de conservação do Estado e de suas estruturas básicas e dos grupos defensores da ordem no mando político. Assim, as reformas se constituirão, no máximo, em uma modernização conservadora. Aí o pensamento conservador mostra uma das suas características fundamentais: o reacionarismo.

A ruptura se evidenciaria justamente numa crise provocada pela ação governamental de constituir, em 1868, um gabinete conservador, afastando os liberais, mesmo contra a maioria parlamentar. Os mais descontentes formariam, em 1870, o Partido Republicano. “Nos meios acadêmicos o fenômeno traduziu-se numa autêntica onda cientificista.

Darwin, Comte, Renan, Taine tornam-se moda” (PAIM, 1989, p. 118). A crítica política radical à Monarquia e às instituições imperiais, naquela conjuntura, se fez a partir do ataque ao poder moderador e objetivava a defesa das ideias liberais.

Naquele contexto, as três teses do pensamento conservador, apresentadas acima, foram articuladas pelas elites conservadoras em sua prática política no processo de abolição da escravidão. A atenção das oligarquias escravistas e seus representantes acerca da abolição mostra que os objetivos e as razões do conservadorismo, via de regra, direcionaram-se para o processo econômico-social. A escravidão foi a grande questão a ser resolvida pelas elites conservadoras no Império. “A abolição da escravatura foi o mais grave dos problemas que o Império teve a resolver. [...]. Houve uma verdadeira gradação nas medidas adotadas: nenhuma transformação foi jamais levada a cabo com mais precauções”, argumenta Lima (1997, p. 253; 256).

O tempo de duração do processo de abolição da escravidão demonstra que o processo foi conduzido na lógica das elites: “direi que a abolição não deve ser simultânea e imediata, mas gradual. A abolição imediata e simultânea precipitaria o Brasil em um abismo profundo e infinito”, (1867, p. 711) dizia Joaquim Nabuco. Ou seja, o processo abolicionista deveria dar-se de forma gradual a fim de, ao mesmo tempo, conservar a Monarquia e amenizar seus impactos junto às oligarquias, o que se fez por meio de mecanismos, entre os quais, o da Lei de Terras, de 1850, que assegurou subsídios financeiros para a substituição da força de trabalho escrava pela dos imigrantes. Exemplar, neste sentido, é a avaliação que Oliveira Lima faz da participação de D. Pedro II no processo abolicionista. Para ele, o “papel do Imperador [...] foi de um liberalismo moderado, porém contínuo, de um oportunismo calculado, de

maneira a dar satisfação às exigências da civilização e, ao mesmo tempo, a não fazer dano ao princípio monárquico junto aos partidos.” (1997, p. 255).

O que estava em jogo com a abolição era a manutenção da propriedade da terra e, por isso, a necessidade de não permitir aos trabalhadores rurais o acesso à terra, tampouco a possibilidade de assumirem o poder político. Para a historiadora Zilda Iokoi (1993, p. 137), “estava claro, na discussão, que não se tratava de configurar uma transição que reafirmasse a possibilidade dos direitos. [...] toda a articulação feita em torno da transição do Império para a República foi uma articulação que transformou o público em privado”. Portanto, o regime monárquico não era propriamente um problema para as elites. Não era uma questão de regime. A transição (construção de um Estado conservador marcando a passagem para a República) se processa enquanto meio que possibilita acesso e acomodação dos grupos emergentes às estruturas do Estado e às definições políticas. Embora tenha havido manifestações monarquistas no processo de implantação do regime republicano, estas foram se acomodando enquanto oposições consentidas ou se integrando aos grupos dirigentes da política republicana.

Referências Bibliográficas

- FAORO, Raimundo. (1975). *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo, Edusp.
- FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. (1970). Recife: UFPB, 1970.
- _____. “Prefácio”. (1997), In LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks.

- IOKOI, Zilda Grícoli. (1993), “Os Dilemas Históricos da Questão Agrária no Brasil”, *Revista Terra Livre: política e cidadania*, no. 11-12: 135-151.
- JANOTTI, Maria de L. M. (1998), “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”, In M. C. FREITAS (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo, Contexto.
- LIMA, Manuel de Oliveira. (1997), *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- LINHARES, Maria Yeda (et. al.). (1981), *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense.
- MONTEIRO, Hamilton M. (1994), *Brasil Império*. São Paulo, Ática.